

CÂMARA
MUNICIPAL DE
BOCAIÚVA

TERMO DE REFERÊNCIA

1-OBJETO:

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de capacitação de servidores, em curso cujo tema é: Portal da transparência, LGPD e Ouvidoria Pública.

ITEM	UND	QTD	SERVIÇO	VALOR UN.	VLR TOTAL
01	Serviço	02	Curso de capacitação		R\$
VALOR TOTAL.....					R\$

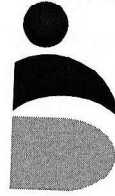
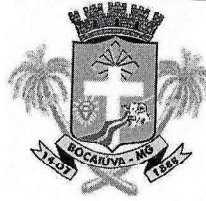
1.1 – Conteúdo Programático

Módulo 1 – Transparência Pública e Gestão da Informação Obrigações legais da Lei de Acesso à Informação (LAI) Tipos de transparência: ativa, passiva e responsiva O que não pode faltar no Portal da Transparência Integração entre contabilidade, RH e comunicação Penalidades por descumprimento e jurisprudência dos TCEs Avaliação prática: diagnóstico de conformidade do portal.

Módulo 2 – LGPD no Setor Público Municipal Fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/18) Quem é quem: controlador, operador e encarregado (DPO) Mapeamento de dados pessoais em órgãos públicos Tratamento de dados sensíveis e legítimo interesse público Incidentes de segurança e plano de resposta Casos concretos e decisões envolvendo entes municipais.

Módulo 3 – Ações Estratégicas e o Papel dos Poderes Locais Legislação e marcos normativos das ouvidorias públicas Implantação e funcionamento da ouvidoria em órgãos municipais A relação da ouvidoria com o controle social e a cidadania Fluxos de recebimento, análise e resposta das manifestações Ferramentas de registro e monitoramento de demandas Casos práticos: como responder de forma técnica e efetiva

Módulo 4 – Integração Estratégica: Portal, LGPD e Ouvidoria como Ferramentas de Conformidade Como criar fluxos internos seguros e integrados A importância da governança da informação Procedimentos padrão para mitigação de riscos jurídicos. Como responder ao cidadão com base em dados e legislação Conformidade integrada: transparência, proteção de dados e escuta social Construção de um plano de ação para a realidade municipal.



CÂMARA
MUNICIPAL DE
BOCAIUVA

2- JUSTIFICATIVA:

De acordo com a Lei Federal 14.133/2021 e o entendimento à regra é licitar. Contudo, A Lei trás especificações para à Contratação Direta, como à contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal por inexigibilidade de licitação com fulcro no Art. 74, inciso III, alínea F:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Com base nessa jurisprudência houve a Decisão 439/1988, onde a Corte por meio do Min. Adhemar Paladino Ghisi, fixou:

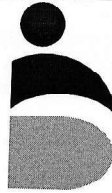
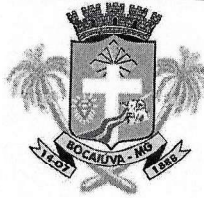
“...se enquadra na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13, da Lei 8666/93 a contratação de professores, conferencistas ou Instrutores, para ministrar aulas em cursos de treinamento, de formação ou de complementação de conhecimentos de servidores especializados...”.

Nada obstante, o entendimento do relator foi ainda mais longe, aduzindo que

“...a inexigibilidade de licitação, na atual realidade, entende-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na atualidade, é regra geral, sendo a licitação exceção.”

Acompanhando à unanimidade pelo Pleno, o TCU fixou o seguinte entendimento:

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE: 1. Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93; 2. Retirar o sigilo dos autos e ordenar sua publicação em Ata; e 3. Arquivar o presente processo.



CÂMARA
MUNICIPAL DE
BOCAIUVA

Dessa maneira, tanto a Lei de Licitação 14.133/2021 quanto a jurisprudência dos órgãos de controle é que a licitação para cursos abertos é inviável, antes, pelo fato de que cada um é único. Com isso, o melhor enquadramento dessa contratação por meio da contratação direta por inexigibilidade.

4 - DAS CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO:

- 4.1** - O pagamento decorrente da concretização do objeto desta inexigibilidade de licitação será efetuado pela Câmara Municipal de Bocaiuva-MG, por processo legal, através de fatura no período de até 05 (cinco) dias, após autorização da autoridade competente;
- 4.2** - Se a prestação do serviço não for entregue conforme condições deste termo de referência, o pagamento ficará suspenso;
- 4.3** - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados;
- 4.4** - Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;

5 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

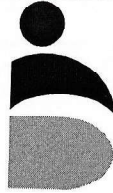
- 5.1** - Pela inexecução das condições estipuladas, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o CONTRATANTE e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com os art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

6 - DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

- 6.1** - A fiscalização e autorização, para prestação do serviço será realizado pela Administração, através do funcionário indicado pelo Presidente, observados os art. 169 a 171 da Lei Federal 14.133/2021, através de quem designar, terá amplos poderes para acompanhar, inspecionar, fiscalizar e exercer controle sobre as obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA.

7 - DOS MOTIVOS PARA RESCISÃO CONTRATUAL:

- 7.1** - A contratação objeto deste Termo de Referência poderá ser rescindida;
- 7.2** - Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos artigos 169 a 171 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.3** - Por acordo entre as partes, reduzido a termo.
- 7.4** - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 7.5** - Ocorrendo à rescisão contratual e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da contratada, a Administração responderá



CÂMARA
MUNICIPAL DE
BOCAIUVA

pelos preços constantes da Proposta Comercial, devido em face dos serviços efetivamente prestados pela contratada até a data da rescisão.

8 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1 – As licitantes deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, em original ou cópia legível para o Agente de Contratação e Equipe Técnica:

– Regularidade Fiscal e Trabalhista

8.1.6 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.1.7 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da licitante;

8.1.8 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

8.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 10 de maio de 1943.” (Lei 12.440/2011);

- Qualificação Econômica - Financeira.

8.1.10 - Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor da comarca sede da licitante.

- Qualificação Técnica

09 - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE DO CONTRATO:

09.1 - Não se aplica

10 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

10.1-A CONTRATADA se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem dos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto na Lei Federal .14.133/21.

11 - Das Dotações Orçamentárias

11.1 - Para cobertura desta despesa será utilizado recursos próprios da seguinte dotação orçamentária:

.031.0001.2002- Participação em Congresso/
Curso/Seminários/Eventos/Simpósios.
33903900-Outros serviços pessoas jurídicas. Ficha 41.

Bocaiuva/MG, 07/07/2025

Sr. Higor Rafael Pereira Duarte
Presidente da Câmara Municipal de Bocaiuva/MG

Portal da Transparência, LGPD e Ouvidoria Pública

 **23 a 25 de Julho**

 **Belo Horizonte - MG**

Quem será seu Professor?



Carlos Barbosa

Advogado especialista em Direito Público, Administração Pública e Direito Municipal, com ampla experiência como consultor jurídico de Prefeituras e Câmaras Municipais. Mestre em Direito Público pela PUC Minas e pós-graduado em Direito Processual, Direito Público e Atualizações em Direito Privado. Atuou como comentarista político em grandes emissoras de TV e rádio, como TV GLOBO, BAND TV e Rádio CBN. Foi Presidente da Comissão de Direito Administrativo da OAB/MG (2016-2018).

Após o curso o aluno será capaz de:

- Compreender as obrigações legais de transparência ativa e passiva nos órgãos públicos;
- Adequar processos internos às exigências da LGPD no setor público municipal;
- Gerenciar a ouvidoria pública com foco em melhoria da gestão e controle social;
- Diagnosticar falhas no Portal da Transparência e promover ações corretivas;
- Integrar as áreas de comunicação, TI, jurídico e ouvidoria para garantir conformidade.



Data

23 a 25 de Julho



Local

Centro de Convenções AMMG

Av. João Pinheiro, 161, Centro,
Belo Horizonte - MG

GARANTA JÁ A SUA INSCRIÇÃO!

(31) 4063-6303
(48) 99665-7706

comercial.mg02@ceapbrasil.com
www.ceapbrasil.com

 **CeapBrasil**
Centro de Estudos da Administração Pública



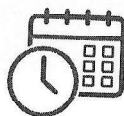
Público Alvo

- Vereadores
- Controladores Internos
- Assessores legislativos
- Procuradores e Assessores Jurídicos
- Assessores de Comunicação
- Servidores do setor de Ouvidoria
- Servidores de T.I.
- Servidores da Administração de Câmaras e Prefeituras
- Servidores da Transparência de Câmaras e Prefeituras.



Diferenciais

- Kit do aluno (Pasta, caneta e apostila impressa);
- 30 dias de consultoria gratuita após o evento;
- Coffe Break em todos os dias de evento;
- Atividades práticas com foco na metodologia ABP - Aprendizagem Baseada em Problemas



Carga Horária

15H

GARANTA JÁ A SUA INSCRIÇÃO!

(31) 4063-6303
(48) 99665-7706

comercial.mg02@ceapbrasil.com
www.ceapbrasil.com

 **Ceap Brasil**
Centro de Estudos da Administração Pública

Programação

23/07 (Terça-Feira) - 13h às 14h

- Credenciamento e Entrega de Materiais

23/07 (Terça-Feira) - 14h às 17h

Módulo 1 - Transparência Pública e Gestão da Informação

- Obrigações legais da Lei de Acesso à Informação (LAI)
- Tipos de transparência: ativa, passiva e responsiva
- O que não pode faltar no Portal da Transparência
- Integração entre contabilidade, RH e comunicação
- Penalidades por descumprimento e jurisprudência dos TCEs
- Avaliação prática: diagnóstico de conformidade do portal

24/07 (Quinta-Feira) - 08h às 12h

Módulo 2 - LGPD no Setor Público Municipal

- Fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/18)
- Quem é quem: controlador, operador e encarregado (DPO)
- Mapeamento de dados pessoais em órgãos públicos
- Tratamento de dados sensíveis e legítimo interesse público
- Incidentes de segurança e plano de resposta
- Casos concretos e decisões envolvendo entes municipais

GARANTA JÁ A SUA INSCRIÇÃO!

(31) 4063-6303
(48) 99665-7706

comercial.mg02@ceapbrasil.com
www.ceapbrasil.com

 **CeapBrasil**
Centro de Estudos da Administração Pública

Programação

24/07 (Quinta-Feira) - 14h às 17h

Módulo 3 - Ações Estratégicas e o Papel dos Poderes Locais

- Legislação e marcos normativos das ouvidorias públicas
- Implantação e funcionamento da ouvidoria em órgãos municipais
- A relação da ouvidoria com o controle social e a cidadania
- Fluxos de recebimento, análise e resposta das manifestações
- Ferramentas de registro e monitoramento de demandas
- Casos práticos: como responder de forma técnica e efetiva

25/07 (Sexta-Feira) - 08h às 12h

Módulo 4 - Integração Estratégica: Portal, LGPD e Ouvidoria como Ferramentas de Conformidade

- Como criar fluxos internos seguros e integrados
- A importância da governança da informação
- Procedimentos padrão para mitigação de riscos jurídicos
- Como responder ao cidadão com base em dados e legislação
- Conformidade integrada: transparência, proteção de dados e escuta social
- Construção de um plano de ação para a realidade municipal

GARANTA JÁ A SUA INSCRIÇÃO!

(31) 4063-6303
(48) 99665-7706

comercial.mg02@ceapbrasil.com
www.ceapbrasil.com

 **Ceap Brasil**
Centro de Estudos da Administração Pública



Investimento

Consulte as Condições Especiais para grupos do mesmo órgão com nossos consultores.

Incluso:

- Kit do aluno.
- Coffee Break.
- Certificado de Conclusão impresso para quem atingir no mínimo 75% de frequência.



Garantia CEAP

Devolvemos 100% do valor investido nas inscrições do evento caso o participante entenda que não atendemos as suas expectativas. Garantia registrada em cartório. Compromisso assumido com o bom uso dos recursos públicos.

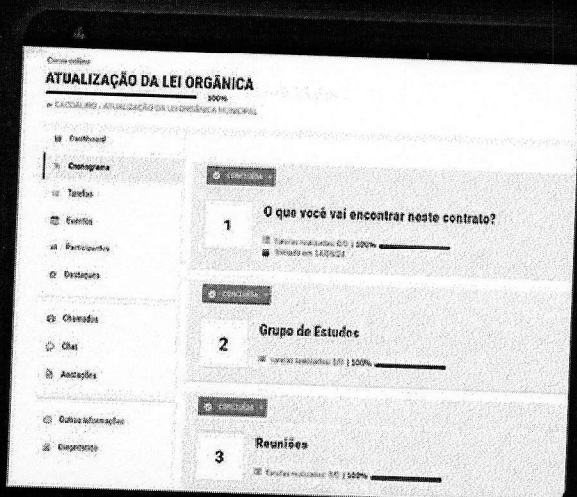


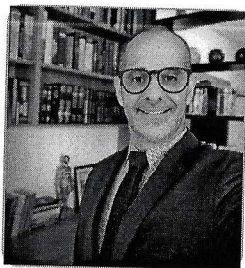
Plataforma LegisATIVO

Primeira plataforma do Brasil
com soluções completas
para Câmaras Municipais.

A Plataforma LegisATIVO é a primeira do Brasil com soluções completas para Câmaras Municipais, desenvolvida pela Dra. **Mônica Lopes**, especialista no Poder Legislativo. Oferece serviços como consultorias especializadas na atualização e modernização de Câmaras Municipais.

Quero Agendar uma Demonstração!





Carlos Henrique Barbosa

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5712003731979211>

ID Lattes: **5712003731979211**

Última atualização do currículo em 06/07/2021

É advogado atuante na área do Direito Público, Administração Pública e Direito Municipal. Especialista em Gestão Pública e Políticas Públicas. Advogado consultor jurídico de Prefeituras e Câmaras Municipais. Consultor Jurídico e Comentarista Político em emissoras de TV e Rádio: TV GLOBO, BAND TV, SBT/Alterosa, TV RECORD, TV JUSTIÇA e Rádio CBN. Professor Mestre em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pós-graduado em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pós-graduado em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes (Rio de Janeiro). Pós-graduado em Atualizações em Direito Privado pela Faculdade de Direito Damásio de Jesus (São Paulo). Exerceu a função de Presidente da Comissão de Direito Administrativo da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Minas Gerais, gestão 2016 e 2018. Atuou como vice-Presidente da Comissão de Direito Administrativo da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Minas Gerais, gestão 2013 e 2015. Fez parte do Conselho Consultivo do Centro Cultural Brasil-Turquia, com sede na cidade de São Paulo e Brasília. Foi membro da Comissão Avaliadora do Processo Seletivo do Mestrado em Administração Pública na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Professor de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Gestão Pública, Ciência Política e Filosofia Política na Faculdade de Direito do Centro Universitário UNA (Campus Aimorés), no Centro de Direito Internacional - CEDIN, no Instituto Elpídio Donizetti (IUNIB/EAD) e na PRIME Cursos Jurídicos. Com mais de 15 anos de experiência como professor de cursos à distância - EaD, já lecionou no Programa de Pós-Graduação em Direito Público e Processual no Centro de Atualização em Direito - CAD (Universidade Gama Filho), Faculdade de Direito Anhanguera, Centro de Direito Internacional - CEDIN (Sistema presencial e EAD), Rede de Ensino LFG (Sistema EAD), Curso Praetorium (Sistema EAD), Instituto IOB (São Paulo e Campinas - Sistema EAD), Curso Orville Carneiro (Belo Horizonte - Sistema EAD), Curso Pro Labore (Belo Horizonte - Sistema EAD), Cursos à distância INTERASAT (Sistema presencial e EAD) e Meritus On line (Belo Horizonte - Sistema EAD) e no Curso de Gestão de Pessoas da Faculdade ISEIB, em Belo Horizonte. É coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito Administrativo e Gestão Pública no CEDIN - Centro de Direito Internacional. É coordenador dos cursos jurídicos na PRIME, sistema de aulas em EAD. É integrante do corpo de palestrantes da Escola Superior da Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Minas Gerais (OAB/MG) É professor e palestrante convidado da TV Justiça. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Carlos Henrique Barbosa 

Nome em citações bibliográficas

BARBOSA, C. H.

Lattes iD

 <http://lattes.cnpq.br/5712003731979211>

Endereço

Endereço Profissional

Universidade Anhanguera de São Paulo, Faculdade Anhanguera de Belo Horizonte -
Unidade 2.
Rua dos Guajajaras
centro
30190-050 - Belo Horizonte, MG - Brasil

Formação acadêmica/titulação

2012 - 2014

Mestrado em Direito.

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas, Brasil.

Título: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL: Gestão pública moderna, eficiente e participativa., Ano de Obtenção: 2014.

Orientador:  Edimur Ferreira de Faria.

Especialização em andamento em Gestão de Pessoas. (Carga Horária: 320h).
Anhanguera Educacional, AEDU, Brasil.

2013

2009 - 2010

Especialização em Direito Público. (Carga Horária: 360h).
Universidade Candido Mendes, UCAM, Brasil.

2004 - 2005

Título: Discricionariedade administrativa.
Especialização em Atualizações em Direito. (Carga Horária: 360h).
Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus, FDDJ, Brasil.
Título: Instituto arbitral e a Lei 9307/96.

2002 - 2003

Especialização em Direito Processual. (Carga Horária: 360h).
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas, Brasil.
Título: Arbitragem internacional.

1997 - 2002

Graduação em Direito.
Universidade de Alfenas (UNIFENAS) - Universidade José do Rosário Vellano, UNIFENAS, Brasil.
Título: Tutela antecipada.

Formação Complementar

2011

DI- Controle da Administração Pública. (Carga horária: 60h).

2014 - 2014

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas, Brasil.

2014 - 2014

Temas de Sociologia Jurídica (Cidade e alteridade). (Carga horária: 45h).

2014 - 2014

Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.

2014 - 2014

Temas de Filosofia do Direito (Marramao);. (Carga horária: 45h).

2013 - 2013

Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.

2013 - 2013

DI- Temas de Sociologia Jurídica (Brasil: ...). (Carga horária: 45h).

2011 - 2011

Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.

2011 - 2011

Temas de Direito e Ambiente (Direito à Cidade). (Carga horária: 45h).

2010 - 2010

Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.

Temas de Sociologia Jurídica (Teorias Críticas.);. (Carga horária: 45h).

Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.

Temas de Hermenêutica Jurídica. (Carga horária: 45h).

Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.

DI- Direito Econômico. (Carga horária: 60h).

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas, Brasil.

Formação de Coach, Mentor e consultant. (Carga horária: 17h).

Instituto Holos, HOLOS, Brasil.

DI- Responsabilidade Civil do Estado por danos Ext. (Carga horária: 60h).

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas, Brasil.

Atuação Profissional

Rede de Ensino LFG, LFG, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - Atual

Outras informações

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 20
Professor de Direito Administrativo e Direito Constitucional na Rede de Ensino LFG.

Curso Preparatório, Pós Graduação e ensino à distância Praetorium, PRA, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - 2013

Vínculo: Professor visitante, Enquadramento Funcional: Área academica

Curso Praetorium, CP, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - 2010

Outras informações

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Coordenador de Curso EAD - Aulas OAB, Carga horária: 20

Exerceu a função de coordenador das aulas complementares para o Curso Preparatório para Exames da OAB pelo Sistema EAD - transmissão de aulas via satélite e online, organizando o quadro de horários e contactando professores e alunos.

Instituto IOB, IOB, Brasil.

Vínculo institucional

2011 - Atual

Outras informações

Vínculo: Contratual, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 40
Professor de Direito no Curso IOB - Sistema EAD com aulas gravadas em estúdios localizados em Campinas e São Paulo.

Curso Elpídio Donizetti, IED, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - Atual

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor de Direito Administrativo, Carga horária: 320

Curso Preparatório para Concursos e Pós Graduação Pro Labore, CPL, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2013

Vínculo: Professor visitante, Enquadramento Funcional: área academica

UNA, UNA, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor celetista, Carga horária: 4

Curso à distância INTERASAT, INT, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2012

Vínculo: Professor visitante, Enquadramento Funcional: área academica

Curso Orville Carneiro, ORV, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2011

Vínculo: Professor visitante, Enquadramento Funcional: área academica

Curso Preparatório Maurício Trigueiro, CMT, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2010

Vínculo: Professor visitante, Enquadramento Funcional: Área academica, Carga horária: 40

Universidade Anhanguera de São Paulo, UNIAN/SP, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - 2013

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 20

Instituto Superior de Educação Ibituruna, ISEIB, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - 2014

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 6

Centro de Direito Internacional, CEDIN, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - Atual

Outras informações

Vínculo institucional

2014 - Atual

Outras informações

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 10
Curso de Pós-graduação em Direito dos Contratos - Disciplina Contratos Administrativos.

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Coordenador de Pós-Graduação EAD, Carga horária: 20
Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública e Direito Administrativo.

Membro de corpo editorial

2016 - Atual

Periódico: Revista Aporia

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.
2. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração Pública.
3. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Demografia / Subárea: Política Pública e População.
4. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Política.

Idiomas

Produções

Produção bibliográfica

Livros publicados/organizados ou edições

1. ★ **BARBOSA, C. H.**. Direito Civil Parte Geral e Direito Processual Civil. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Atualizar Direito, 2009. 206p .

Capítulos de livros publicados

1. ★ **RIBEIRO, A. C. S. ; BARBOSA, C. H.** . Direito Ambiental. In: Antônio Carlos Silva Ribeiro. (Org.). Direito para concursos públicos. 1ed.Guaxupé: Editora Tatico, 2009, v. 01, p. 1629-1662.

Apresentações de Trabalho

1. **BARBOSA, C. H.**. Administração Pública eficiente e moderna. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Outras produções bibliográficas

1. ★ **BARBOSA, C. H.**. Direito Civil - Parte Geral e Direito Processual Civil. Belo Horizonte: Atualizar, 2009 (Apostila).

Produção técnica

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. **BARBOSA, C. H.**. Entrevista concedida ao canal REDE MINAS - Programa Opinião Minas. 2021. 📺
2. **BARBOSA, C. H.**. Entrevista concedida à TV Globo sobre o acordo entre Governo de Minas e Vale. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
3. **BARBOSA, C. H.**. Entrevista concedida à TV Globo sobre a CPI da BHTRANS. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
4. **BARBOSA, C. H.**. Análise jurídica para reportagem da TV Globo. 2021. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺
5. **BARBOSA, C. H.**. Entrevista concedida ao Jornal O TEMPO. 2021. 📺
6. **BARBOSA, C. H.**. Análise jurídica para reportagem da TV Globo. 2020. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺
7. **BARBOSA, C. H.**. Análise jurídica para reportagem da TV Record. 2020. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺
8. **BARBOSA, C. H.**. Análise jurídica para reportagem da Band TV. 2020. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺
9. **BARBOSA, C. H.**. Análise jurídica para reportagem da TV Globo. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
10. **BARBOSA, C. H.**. Análise jurídica para reportagem da TV Globo. 2018. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
11. **BARBOSA, C. H.**. Saber Direito - TV JUSTIÇA. 2018. 📺
12. **BARBOSA, C. H.**. Saber Direito - TV JUSTIÇA. 2018. 📺
13. **BARBOSA, C. H.**. Saber Direito - TV JUSTIÇA. 2018. 📺
14. **BARBOSA, C. H.**. Saber Direito - TV JUSTIÇA. 2018. 📺
15. **BARBOSA, C. H.**. Saber Direito - TV JUSTIÇA. 2018. 📺
16. **BARBOSA, C. H.**. Saber Direito - TV JUSTIÇA Debate. 2018. 📺
17. **BARBOSA, C. H.**. Saber Direito - TV JUSTIÇA. 2012. 📺
18. **BARBOSA, C. H.**. Saber Direito - TV JUSTIÇA. 2012. 📺
19. **BARBOSA, C. H.**. Saber Direito - TV JUSTIÇA. 2012. 📺
20. **BARBOSA, C. H.**. Saber Direito - TV JUSTIÇA. 2012. 📺
21. **BARBOSA, C. H.**. Saber Direito - TV JUSTIÇA. 2012. 📺
22. **BARBOSA, C. H.**. Saber Direito Debate - TV JUSTIÇA. 2012. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda). 📺
23. **BARBOSA, C. H.**. Saber Direito - TV JUSTIÇA Comentário. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺
24. **BARBOSA, C. H.**. Programa Saber Direito - Controle dos Atos Administrativos. 2011. 📺

Redes sociais, websites e blogs

1. **BARBOSA, C. H.**. Portal Primeiro Setor. 2015; Tema: Sistema EAD - aulas de Direito via web. (Site).

Demais tipos de produção técnica

1. **BARBOSA, C. H.**. Curso de Organização de Estudos. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
2. ★ **BARBOSA, C. H.**. Direito Civil. 2009. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Curso Apostilado).

Participação em bancas de comissões julgadoras

Outras participações

1. **BARBOSA, C. H.**. Comissão de Processo Seletivo para o Mestrado em Administração Pública. 2016. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Campus JK.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. XI Encontro de Estudos Jurídicos realizado pela 108 Subseção da OAB/MG. 2003. (Encontro).
2. X Encontro de Estudos Jurídicos realizado pela 108 Subseção da OAB/MG. 2002. (Encontro).
3. II Seminário de Ciências Criminais no Sudoeste Mineiro - IBCCRIM. 2001. (Seminário).
4. IX Encontro de Estudos Jurídicos realizado pela 108 Subseção da OAB/MG. 2001. (Encontro).
5. VIII Encontro de Estudos Jurídicos realizado pela 21 Subseção da OAB/MG. 2001. (Encontro).
6. VII Semana Jurídica da Faculdade de Direito de Passos - Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG. 2001. (Encontro).
7. XI Semana Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Alfenas-UNIFENAS. 2001. (Encontro).
8. I Seminário de Ciências Criminais no Sudoeste Mineiro. 2000. (Seminário).
9. VII Encontro de Estudos Jurídicos. 2000. (Encontro).
10. VIII Encontro de Estudos Jurídicos. 2000. (Encontro).
11. X Semana Jurídica realizada pela Faculdade de Direito da Universidade de Alfenas - UNIFENAS. 2000. (Encontro).
12. IX Semana Jurídica realizada pela Faculdade de Direito da Universidade de Alfenas - UNIFENAS. 1999. (Encontro).
13. Curso e Concurso de Oratória realizado pela Universidade de Alfenas-UNIFENAS. 1998. (Encontro).
14. IX Fórum da Faculdade de Psicologia da Universidade de Alfenas - Psicanálise e Conexões. 1998. (Congresso).
15. V Encontro de Estudos Jurídicos realizado pela OAB/MG. 1998. (Encontro).
16. VI Encontro de Estudos Jurídicos. 1998. (Encontro).
17. VIII Semana Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Alfenas-UNIFENAS. 1998. (Encontro).
18. VII Semana Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Alfenas - UNIFENAS. 1997. (Congresso).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. **BARBOSA, C. H.**. Crise do Ensino Superior. 2015. (Outro).
2. **BARBOSA, C. H.**. Crise do Ensino Superior. 2015. (Outro).
3. **BARBOSA, C. H.**. Primeira Semana Jurídica do Centro de Direito Internacional. 2014. (Outro).
4. **BARBOSA, C. H.**. Curso de Organização de Estudos. 2011. (Outro).
5. **BARBOSA, C. H.**. XII Encontro de Estudos Jurídicos realizado na 108 Subseção da OAB/MG. 2004. (Outro).
6. **BARBOSA, C. H.**. XII Encontro de Estudos Jurídicos realizado na 108 Subseção da OAB/MG. 2004. (Outro).
7. **BARBOSA, C. H.**. XII Encontro de Estudos Jurídicos realizado na 108 Subseção da OAB/MG. 2004. (Outro).
8. **BARBOSA, C. H.**. XI Encontro de Estudos Jurídicos realizado na 108 Subseção da OAB/MG. 2003. (Congresso).

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Wesley Santos Novais Costa. A imunidade tributária dos templos e o abuso do direito. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Anhanguera Educacional. Orientador: Carlos Henrique Barbosa.
2. Luciana Maria de Oliveira Gonçalves. O instituto da alienação fiduciária em garantia - a inovação trazida pela Lei 9514/97 e a questão do devido processo legal.. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Civil) - Centro de Atualização em Direito. Orientador: Carlos Henrique Barbosa.

Educação e Popularização de C & T

Apresentações de Trabalho

1. **BARBOSA, C. H..** Administração Pública eficiente e moderna. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. **BARBOSA, C. H..** Análise jurídica para reportagem da TV Globo. 2020. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺
2. **BARBOSA, C. H..** Análise jurídica para reportagem da TV Record. 2020. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺
3. **BARBOSA, C. H..** Análise jurídica para reportagem da Band TV. 2020. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺
4. **BARBOSA, C. H..** Análise jurídica para reportagem da TV Globo. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
5. **BARBOSA, C. H..** Análise jurídica para reportagem da TV Globo. 2018. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
6. **BARBOSA, C. H..** Saber Direito - TV JUSTIÇA. 2012. 📺
7. **BARBOSA, C. H..** Saber Direito - TV JUSTIÇA. 2012. 📺
8. **BARBOSA, C. H..** Saber Direito - TV JUSTIÇA. 2012. 📺
9. **BARBOSA, C. H..** Saber Direito - TV JUSTIÇA. 2012. 📺
10. **BARBOSA, C. H..** Saber Direito - TV JUSTIÇA. 2012. 📺
11. **BARBOSA, C. H..** Saber Direito Debate - TV JUSTIÇA. 2012. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda). 📺
12. **BARBOSA, C. H..** Saber Direito - TV JUSTIÇA Comentário. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺
13. **BARBOSA, C. H..** Saber Direito - TV JUSTIÇA. 2018. 📺
14. **BARBOSA, C. H..** Saber Direito - TV JUSTIÇA. 2018. 📺
15. **BARBOSA, C. H..** Saber Direito - TV JUSTIÇA. 2018. 📺
16. **BARBOSA, C. H..** Saber Direito - TV JUSTIÇA. 2018. 📺
17. **BARBOSA, C. H..** Saber Direito - TV JUSTIÇA. 2018. 📺
18. **BARBOSA, C. H..** Saber Direito - TV JUSTIÇA Debate. 2018. 📺

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. **BARBOSA, C. H..** Crise do Ensino Superior. 2015. (Outro).
2. **BARBOSA, C. H..** Crise do Ensino Superior. 2015. (Outro).

Redes sociais, websites e blogs

1. **BARBOSA, C. H..** Portal Primeiro Setor. 2015; Tema: Sistema EAD - aulas de Direito via web. (Site).

Outras informações relevantes

Exerceu a função de Vice-Presidente da Comissão de Direito Administrativo da OAB-Seção Minas Gerais, tendo sido nomeado pelo Presidente Luis Cláudio da Silva Chaves, gestão 2013/2015. Atualmente, é Presidente da Comissão de Direito Administrativo da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Minas Gerais, na gestão 2016/2018.